

# 1ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO e DIRETOR GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 6ª REGIÃO

**Data:** 05/03/2024

**Horário:** 14h

**Local:** Sala de reuniões da Diretora Geral do TRF 6ª Região

**Pauta:** Apresentação das atividades desempenhadas pelo Comitê Gestor e informação quanto aos projetos da Direção Geral do TRF que impactam na estrutura e trabalho das unidades de primeiro grau.

**Participantes:** Desembargador Federal Pedro Felipe de Oliveira Santos, Juízes Federais Antônio Lúcio Túlio de Oliveira Barbosa, Luiz Eduardo Stancini Cardoso, o Diretor Geral do TRF 6ª Região, Edmundo Veras, e os servidores Jane Daniela Cunha, Mônica de Deus Gil e Rodolfo Farah Gieseke.

## **Resumo das tratativas e deliberações:**

O Desembargador Federal Pedro Felipe de Oliveira Santos iniciou a reunião relatando atividades realizadas até o momento e colocando o trabalho do Comitê à disposição da Administração para a interlocução com o Primeiro Grau, principalmente no tocante à definição de prioridades de ação.

Enfatizou a percepção de que existe, nas unidades de primeiro grau, a noção do que é necessário ao seu bom funcionamento. Relatou que há racionalidade dos fluxos de trabalho e que a organização das secretarias únicas está consolidada. Por outro lado, também são claras as profundas dificuldades advindas da alteração da estrutura do primeiro grau. Apesar do esforço, ainda há acúmulo de trabalho e precariedade na estrutura física.

O Desembargador Pedro Felipe passou a palavra o Diretor Geral do TRF 6ª Região, Edmundo Veras, que iniciou discorrendo sobre a possibilidade de solicitação de funções ao CJF e aumento de funções com o recálculo do valor gasto com as FCs desde a criação do TRF6. Falou da necessidade de apoio também aos setores administrativos compartilhados.

Disse ainda a participação do Comitê é importante para a **elaboração de projetos de lei** para melhoria da estrutura de Primeiro Grau, principalmente para criação de novos cargos e funções.

Quanto a esta questão, o Desembargador Pedro afirmou que pode ser enviado à Administração o relatório a ser elaborado pelo Comitê. O Juiz Federal Antônio afirmou que, quanto ao modelo ideal das unidades do primeiro grau, deve ser pensado no eproc e nas particularidades de cada secretaria, já que os fluxos são diferentes. O

Desembargador Pedro afirmou ser essencial a criação de um formulário padrão para detectar problemas, propostas de soluções, fluxos de trabalho, que servirá de base para a elaboração do relatório da comissão. O Juiz Federal Luiz Eduardo afirmou que a criação de cargos deve ser acompanhada da melhoria da estrutura física.

O Diretor Geral Edmundo afirmou que o CJF abriu possibilidade de envio de projetos de lei para cargos administrativos. Para área fim ainda não há tratativas a respeito.

Quanto à **estrutura física das Varas e Secretarias**, o Diretor Geral Edmundo afirmou que há espaço subutilizado. As varas cíveis serão deslocadas para o prédio AFP e que é possível melhorar o espaço das unidades de execução fiscal e JEF.

O Juiz Federal Antônio Lúcio afirmou que as necessidades do interior também devem ser observadas, principalmente déficit de servidores. Reforçar servidores dos gabinetes e usar o eproc para ganhar na automatização.

O Diretor Geral Edmundo trouxe impressões sobre a reestruturação das subseções e solicitou relatórios da comissão a respeito da realidade do interior. Afirmou que serão propostos treinamentos para os servidores de subseções judiciárias.

Discutiu-se também a alteração do provimento geral e redefinição do escopo de atuação dos **Oficiais de justiça**.

A reunião foi secretariada pela servidora Mônica de Deus Gil, escolhida na forma do art. 3º da Res. PRESI 15/2023.

Belo Horizonte, 05 de março de 2024.